

I

O PAPEL DA MÍDIA NA PERPETUAÇÃO DE ESTEREÓTIPOS E A IDEOLOGIA DO EMBRANQUECIMENTO RACIAL

*Catiana Nery Leal
Cláudia Vieira Silva Santos
Sandy Fernandes Menezes
Maria de Fátima de Andrade Ferreira*

A intenção deste capítulo é estabelecer diálogo possível entre o papel da mídia na perpetuação de estereótipos e a construção do embranquecimento racial – uma trama que envolve questões raciais e a ideologia da mestiçagem no Brasil. Para tanto, tornou-se necessário explicitar algumas concepções sobre embranquecimento, padrões raciais, racismo estrutural, branquitude opressora, branquitude e apresentar, de forma crítica, de que modo a mídia brasileira pode (ou não) reforçar e/ou reproduzir políticas históricas do branqueamento e contribuir com a difusão e perpetuação de estereótipos e da ideologia do embranquecimento racial.

Nesse sentido, sem a pretensão de esgotar o assunto, aqui expomos o resultado da busca por compreender, por pesquisa bibliográfica, uma análise da gama de veículos midiáticos, revistas, programas de televisão, redes sociais, internet, uma abordagem qualitativa, de que modo a mídia contribui (ou não) para a (re)produção de padrões que favorecem a representação branca em detrimento de outras identidades raciais. O foco na mídia se deve, por um lado, ao fato de observar tensões que têm refletido nos conhecimentos produzidos sobre relações étnico-raciais na sociedade brasileira, através de uma vinculação estreita entre o real e o ideal. Do mesmo modo, produz conflitos e práticas sociais que contradizem com uma epistemologia centrada na autonomia e emancipação da população negra. E, não podemos deixar a escola fora desse processo, pois, como espaço social, do mesmo modo que está ao lado da mídia social também tem condição e possibilidade de promover a construção de sociabilidades, provocar mudanças e transformações sociais, haja vista que o ser humano se constitui em um processo de contínua formação humana e construção e transformação nas relações com o Outro no contexto onde vive, convive, inclusive no contexto escolar – espaço que brancos, negros, indígenas, ciganos confrontam eventos da própria realidade.

Acerca dos estereótipos raciais na mídia é possível pensar sobre o papel desempenhado por estas instituições sociais, na definição, na percepção e na perpetuação dos estereótipos de “beleza e a virtude, que nunca foram negras” (Fanon, 2008, p. 56), construindo e/ou reproduzindo concepções etnocêntricas e reproduzir sentimentos que enraízam o racismo, os estereótipos, os preconceitos e as práticas racistas. Assim, diante do que é exposto cotidianamente e, ao analisar a vasta gama de veículos midiáticos, revistas, programas de televisão e redes sociais, percebemos uma exposição constante a imagens e narrativas que idealizam uma beleza única, fortemente influenciada por padrões eurocêntricos, muitas vezes inatingíveis e irrealis. Essa idealização da beleza tende a valorizar

traços específicos, como magreza, juventude, pele perfeita, privilegiando a brancura, ao passo que marginaliza ou ignora a diversidade de corpos, idades, etnias e características individuais.

Essa representação unilateral da beleza não apenas impacta a autoestima e a percepção corporal das pessoas, mas também contribui para a criação de normas estéticas excludentes, alimentando a insatisfação e a pressão social para se ajustar a esses padrões. Nesse contexto, fica evidente algumas crenças e valores que se fortalecem e orientam nossa forma de pensar e se posicionar no mundo à medida que a pele negra é frequentemente excluída do conceito hegemônico de beleza, perpetuando uma visão limitada e distorcida da realidade. Mas não é só isso, para além do que está visível e naturalizado em vários contextos na sociedade, a mídia como um condutor de informações/desinformações não apenas retrata as pessoas negras em posições subalternas, como também amplifica as desigualdades sociais latentes por meio de telenovelas e noticiários, em que podemos notar a constante segregação dos corpos negros, que nas novelas estão no papel de empregados domésticos e serventuários, sempre como coadjuvantes, ou mesmo interpretando marginais, muitas vezes esses corpos são introduzidos em contextos e problemáticas da invisibilidade justamente para promover uma falsa ideia de democracia racial.

Ao fazer isso, essas unidades televisivas afirmam e fortalece uma cultura centrada nos moldes do eurocentrismo, que é injustamente tida como superior na sociedade. Essa representação distorcida não apenas reforça estereótipos brancos, mas também reforça a marginalização e a exclusão de indivíduos e comunidades que não se encaixam nesse padrão estabelecido. Ao normalizar modelos de comportamento e aparência, a mídia contribui para a manutenção de estruturas que fortalecem uma visão de mundo limitada e discriminatória.

Nesse contexto, é importante ressaltar que a busca pelo ideal de brancura¹, branquidade², e branquitude³ não se limita apenas ao âmbito dos conhecimentos epistemológicos, mas se estende também a uma tentativa de embranquecimento físico. Esse fenômeno ocorre devido ao privilégio profundamente enraizado e marcado no corpo branco na sociedade. À medida que a mídia perpetua estereótipos eurocêntricos e promove a valorização da pele branca, as pessoas muitas vezes naturalmente são levadas a internalizar esses padrões e a associar a brancura com status, poder e beleza.

Esse processo de embranquecimento, tanto físico quanto cultural, tem se manifestado não somente nos meios midiáticos, mas nos mais diversos contextos da sociedade, isso tem levado aos privilégios do ser branco em detrimento de outras identidades. Esse desejo pela brancura tem reforçado a divisão e a hierarquização racial, além de alimentar um ciclo de opressão e marginalização das pessoas não brancas/negras, que são constantemente colocadas em posição de inferioridade e desvalorização de sua cultura por conta da sua cor. Portanto, é essencial reconhecer e desafiar esses padrões discriminatórios,

¹ A brancura refere-se à condição de ser identificado como branco e aos atributos físicos, culturais e sociais associados a essa identidade racial. Para Dyer (1997), a brancura funciona como um padrão normativo, contra o qual todas as outras identidades raciais são comparadas e, frequentemente, subordinadas.

² A branquidade, assim como a branquitude, trata da construção social da identidade branca e do privilégio associado a ela, mas enfatiza mais as práticas culturais e institucionais que sustentam a supremacia branca. Estudos como os de Hooks (2019) e Lipsitz (1998) mostram como a branquidade é expressa e mantida através de diversas esferas da sociedade, como a educação, a política, o mercado de trabalho e a mídia.

³ O conceito de branquitude vai além das características físicas, abordando a consciência e a experiência de ser branco em uma sociedade racialmente hierarquizada. Segundo Ruth Frankenberg (1993), a branquitude envolve um conjunto de práticas e crenças que garantem privilégios e vantagens para as pessoas brancas.

de forma a promover uma cultura de aceitação e valorização da diversidade em todas as suas formas.

Nesse contexto, este estudo destacou as contribuições dos estudos de Santana, Silva e Angelim (2018) sobre a importância da representatividade negra nos veículos midiáticos, bem como os trabalhos de Bento (2003), Carone (2003), Piza (2003) Brito, Eugenio e Leal (2023), Cavalleiro (2000) Bento (2022), Cardoso (2011), Acevedo, Nohara e Ramuski (2010), entre outros.

Esses estudos são fundamentais para entender como a mídia pode influenciar a percepção social e assim promover diversidade racial e, ao considerarmos essas questões, torna-se evidente a necessidade de ampliar a outras discussões em que o artigo por ora apresentado não tenha sido suficiente. Pois, para pensar no “papel da mídia na perpetuação de estereótipos”, se torna necessária uma discussão que perpassa as questões de raça, gênero e classe, assim, é importante abordar de forma mais incisiva as tensões em torno da branquitude opressora e seu desvelar por entre imagens, discursos e condicionantes sociais.

Podemos elencar diversas formas em que o racismo se faz presente no cotidiano das pessoas, a representação negativa das pessoas negras se dá através da exclusão nas representações em cargos de liderança, em falas, discursos, olhares, imagens racistas, perfilamento racial pela polícia, disparidades na aplicação da lei e acesso desigual a serviços públicos enfim, o que chamamos de um racismo explícito ou velado. Nesse sentido, somos instigados a refletir sobre essas questões, a partir do nosso lugar de fala, sobre nossas vivências dentro de uma sociedade marcada pela escravocracia e suposta democracia racial.

Vale mencionar que a escravidão e o processo de colonização são fenômenos que marcam o desenvolvimento de uma sociedade brasileira fomentada pelo branqueamento. Portanto, o racismo e a discriminação tendem a emergir durante e após esses eventos, devido a permanência destes processos segregacionistas tem-se até hoje a padronização branca como preceito social. Esse processo segregacionista são sistemas e práticas que perpetuam a divisão e a desigualdade entre grupos étnico e raciais.

A brancura como norma não apenas invisibiliza e desvaloriza as identidades não-brancas/negras, mas também, reforça e legitima o poder e o privilégio associados à branquitude na sociedade. Essa opressão estrutural se manifesta em diversas formas, desde a representação estereotipada e marginalizada de pessoas não-brancas/negras na mídia até as práticas discriminatórias e sistemáticas que perpetuam a desigualdade racial em diversas esferas da vida cotidiana. Assim, ao confrontarmos as tensões em torno da influência da mídia no embranquecimento, da branquitude opressora, teremos um diálogo crítico, reflexivo e transformador e buscamos as estratégias para dismantelar as estruturas de poder que sustentam o racismo.

Nessa perspectiva, este texto divide-se em três tópicos e esta introdução. O primeiro tópico aborda a influência da mídia no embranquecimento e nos padrões raciais. Em seguida, trata da branquitude opressora; e, por fim, nas considerações finais, retomamos os pontos mais fortes da discussão sobre os dados recolhidos nas fontes consultadas, tentando articulá-los. Consideramos que a influência da mídia expressa muitas indagações sobre branquitude, branquitude, branqueamento e racialização, em uma sociedade em que o discurso hegemônico que anuncia e emprega mecanismos discursivos valorizam as hierarquias das diferenças étnico-raciais e definem os lugares sociais para negros, enfim, para todas as

identidades e coletividades raciais não-brancas e, também, um lugar e posição de vantagens raciais existentes na sociedade (Frankenberg, 1993).

A Influência da Mídia no Embranquecimento e nos Padrões Raciais

É interessante observar que os impactos da representação do embranquecimento racial na mídia sobre a sociedade revelam estereótipos de raça/etnia, gênero e suas intersecções com outros marcadores sociais da diferença, pois, as formas simbólicas empregadas pela mídia podem ser compreendidas como portadoras de ideologia, de formação de opinião e têm forte influência de uma educação racista, machista, autoritária, misógina.

Desse modo, justifica-se a importância de analisar como essas representações afetam percepções individuais e coletivas sobre identidade racial, autoimagem, discriminação e desigualdade racial e procurar entender de que modo a TV que toma lugar, tempo-espço privado, invadindo todos os dias, com noticiários, seriados, novelas, propagandas, filmes, atua na produção de sentidos. É preciso lembrar, portanto, que a mídia desempenha um papel crucial na formação das percepções sociais, especialmente em questões raciais, de gênero e sua intersecção com outras categorias da diferença. Assim, historicamente, os meios de comunicação têm promovido o embranquecimento e perpetuado padrões raciais estigmatizantes, contribuindo para a construção de imagens negativas dos grupos raciais não-brancos/negros e, assim, fortalecendo a hegemonia branca. Estas preocupações sobre a influência da mídia são apoiadas por várias teorias que explicam como os discursos midiáticos afetam os espectadores.

Diante desse entendimento, como dizem Santana, Silva e Angelim (2018), em suas discussões sobre “Negro(a)s na mídia brasileira: estereótipos e discriminação ao longo da formação social brasileira”, é fundamental a representatividade dos negros veiculada pela grande mídia. Além disso, essa concepção exige a análise de elementos que destacam a complexa situação de desigualdade social, historicamente enraizada na sociedade brasileira. Portanto, a representação do negro na mídia não é apenas uma questão de retratar a diversidade étnica da população, mas também, reflete e molda percepções sociais e estruturas de poder. E, logo na introdução, os autores chamam a atenção para a abordagem dos meios de comunicação em relação à representatividade social do(a)s negro(a)s na formação da sociedade brasileira, observando que existe um estigma que envolve a imagem do(a) negro(a) pelos meios de comunicação no Brasil que, com baixa representatividade na mídia, sua imagem aparece sempre relacionada a estereótipos que reforçam e reproduzem preconceitos e racismos. E as consequências são manifestadas no mercado de trabalho, na educação, saúde, moradia, enfim, na negação de direitos, configurados nas desigualdades sociais brasileiras.

Nesse sentido, ao analisar a representatividade dos negros na mídia, é imprescindível levar em conta o contexto histórico e estrutural que criou essas representações. Diante dessa perspectiva, é importante destacar que o Brasil possui uma longa história de escravidão e discriminação racial, cujas consequências deixaram marcas profundas na sociedade. Essas desigualdades históricas continuam a influenciar a maneira como o(a)s negro(a)s são representado(a)s e percebido(a)s na mídia contemporânea.

Santana, Silva e Angelim (2018, p. 54), pautados em Florestan Fernandes (2007), destacam as consequências dos fatores coloniais e, especificamente, do mito da “democracia racial”, na estrutura da formação e organização política da sociedade brasileira, especialmente para a população negra, visto que,

Trata-se de uma ideologia que serviu e serve para mistificar características essenciais que configuram a desigualdade social brasileira, pois dissemina a falsa ideia de que existe uma condição de igualdade entre as “raças” baseada na democratização da renda, do poder e do prestígio social, o que já foi amplamente desmistificado pelo autor e por recentes pesquisas que demonstram o contrário.

No entanto, essa herança da escravidão é um tema que o país reluta em abordar, pois os brancos se beneficiaram e continuam se beneficiando até os dias atuais, tanto simbolicamente quanto concretamente dessa herança, resultado da exploração de quatro séculos de trabalho forçado de outro grupo. Por isso, para enfrentar a herança da escravidão não basta apenas uma questão de justiça histórica, mas também é preciso tomar um passo indispensável e fundamental para a construção de um futuro em que todos possam desfrutar das mesmas oportunidades, independentemente de sua cor, classe, religião ou de sua origem.

Entretanto, compreendemos que enfrentar a herança da escravidão não é apenas uma questão de justiça histórica, é também um passo indispensável para a construção de um futuro em que todos possam desfrutar das mesmas oportunidades, independentemente de sua cor ou de sua origem. Reconhecer os impactos duradouros da escravidão é fundamental para honrar a memória das vítimas e corrigir desigualdades.

Desse modo, a escravidão não foi apenas uma prática desumana do passado, mas uma instituição que moldou profundamente as estruturas sociais, econômicas e políticas das sociedades contemporâneas. Infelizmente, seus efeitos ainda são visíveis nas disparidades raciais em áreas como educação, saúde, habitação e mercado de trabalho. Ao reconhecer esses impactos, é possível entender melhor como as políticas e práticas atuais perpetuam a marginalização das populações negras. Além disso, este reconhecimento é um passo necessário para a implementação de medidas reparatórias, como políticas de ação afirmativa e programas de desenvolvimento econômico direcionados.

Maria Aparecida Bento (2003) quando trata de “Branqueamento e branquitude no Brasil, Iray Carone (2003), ao apresentar um “Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira” e Piza (2003) nas suas reflexões sobre “Porta de vidro: entrada para a branquitude” ressaltam que, mesmo entre brancos em situação de pobreza, existe um privilégio simbólico ligado à cor da pele, uma espécie de darwinismo social, no qual o negro, ao contrário do branco, representa uma coletividade racializada em bloco – cor e raça são ele mesmo, carregado de preconceitos e discriminação racial, uma forma de exclusão e sofrimento do outro – o negro. E, mesmo na pobreza, o branco tem privilégios simbólicos da branquitude. Isso comprova que o privilégio branco vai além de vantagens econômicas, englobando também benefícios sociais e culturais, como ser visto de maneira mais favorável ou ter menores chances de sofrer discriminação racial. A partir dessa compreensão, para Bento (2003, p. 27),

Evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio. Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio

simbólico da brancura, o que não é pouca coisa. Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que entre os explorados, entre os pobres, os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho. A pobreza tem cor, qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la. Assim o jargão repetitivo é que o problema se limita à classe social. Com certeza este dado é importante, mas não é só isso.

Para Bento (2003), Carone (2003) e Piza (2003), como foi possível perceber em suas reflexões sobre branqueamento, branquitude e racialização na sociedade brasileira, o problema do racismo não se restringe apenas à classe social, sendo uma questão muito mais ampla. Portanto, ao pesquisar a representatividade do não-branco/negro na mídia, é essencial não apenas identificar os padrões e estereótipos presentes, mas também compreender as raízes históricas e estruturais dessas representações. Somente por meio de uma análise crítica e reflexiva podemos começar a desafiar e transformar as narrativas dominantes, promovendo uma representação mais autêntica, diversa e inclusiva na mídia brasileira.

Na verdade, o fenômeno do embranquecimento e a perpetuação de padrões raciais estigmatizantes são fortemente influenciados pela mídia. Diariamente, programas de televisão, filmes, publicidade e redes sociais promovem ideais estéticos que favorecem características europeias, como pele clara, cabelos lisos e traços faciais delicados. Essas representações reforçam estereótipos negativos sobre pessoas negras, associando-as a atributos desfavoráveis ou confinando-as a papéis subalternos e estigmatizantes. Por exemplo, nas novelas, os personagens em papéis de empregadas domésticas são frequentemente interpretados por atores negros. Inclusive, vale destacar à baila uma reflexão referente ao papel interpretado pelos sujeitos nas novelas e filmes, por exemplo, que, frequentemente, o personagem dito “protagonista”, em sua maioria, é um sujeito branco, que performa condutas étnicas e íntegra, por este motivo, o lugar de protagonistas, chamados de “mocinhos”. Esse papel é, na maioria das vezes, interpretado pela brancura que atende ao que a sociedade entende como pessoa de boa conduta.

Ora, quando partimos para personagens de menor aparição, que geralmente ocupa papel coadjuvante, temos os não-brancos/negros, que em sua maioria performam em frente às câmeras um personagem problemático, marginalizado e, não há dúvida, pouco visto e, muitas vezes, invisibilizado no cenário. Em regra, nas novelas, o filho da patroa branco entra para o crime através de amigos não-brancos/negros. Ou seja, a mídia reproduz constantemente que o sujeito negro se encontra à margem social e isto reverbera e nutre o racismo silenciosamente. Assim, a relevância desse tema transcende a mera inclusão visual. Trata-se de oferecer voz e agência às comunidades negras, de apresentar histórias que ressoem com suas realidades e desafios. A mídia, ao abordar questões de representatividade, não deve apenas seguir uma agenda superficial de diversidade, mas sim, promover uma transformação genuína na maneira como as pessoas de todas as origens são vistas e compreendidas.

Nesta perspectiva, é importante reconhecer que o racismo não se limita apenas à exclusão econômica ou ao acesso desigual ao mercado de trabalho. Dentro desse contexto,

é possível perceber que mesmo brancos que não pertencem às classes dominantes também se beneficiam da exclusão dos negros no mercado de trabalho e das estruturas discriminatórias presentes na sociedade. De acordo com Silva (2006):

É importante observar que os brancos pertencentes às classes não detentoras do poder também recebem benefícios com a exclusão do negro na demanda pelo mercado de trabalho, bem como benefícios simbólicos de prestígio e oportunidades na distribuição de bens econômicos e por isso negam que aqui existe o racismo, ao tempo em que expandem as práticas discriminatórias na sociedade.

O racismo também opera em níveis simbólicos e estruturais, influenciando as relações de poder e as oportunidades disponíveis para diferentes grupos étnicos. Silvio Almeida (2021, p. 57), em seu livro *Racismo Estrutural*, traz considerações importantes sobre o racismo estrutural e suas interconexões. Para ele, “raça define a vida e a morte” e, ao mencionar essa frase, o autor sublinha que a categoria raça não pode ser ignorada na análise e na busca por soluções para os problemas globais. Ignorar esse elemento, segundo ele, significa negligenciar uma realidade fundamental que influencia profundamente o acesso a recursos, a valorização pessoal e coletiva, a oportunidades e direitos para diferentes grupos raciais. Com isso, é possível identificar o problema como uma chamada para que estudiosos, pesquisadores, bem como as abordagens diversas de preconceitos e discriminações sejam evidenciadas a partir de uma realidade racial, essencial para entender e enfrentar as desigualdades estruturais que perpetuam injustiças e desafiam a equidade global.

Nesse sentido, a mídia deve ser analisada para além da representação visual, a influência da mídia se estende às narrativas que perpetuam mitos e preconceitos sobre as capacidades e comportamentos de diferentes grupos raciais, que afeta a autoimagem e a autoestima das minorias raciais, além de moldar a percepção do público em geral. Portanto, enfatizamos que a mídia desempenha um papel importante na perpetuação do embranquecimento e dos padrões raciais estigmatizantes, impactando profundamente a sociedade e as relações raciais. E, aplicando essa abordagem ao contexto midiático, fica evidente como a representação e disseminação de ideias pela mídia podem influenciar profundamente o público. Partimos da compreensão de que quando a mídia constantemente apresenta determinados comportamentos, estereótipos ou valores, ela não apenas informa, mas também molda a maneira como as pessoas compreendem e internalizam essas ideias. Isso é especialmente relevante em questões raciais, onde a perpetuação de estereótipos negativos e a promoção do embranquecimento podem reforçar preconceitos, desigualdades sociais e racismo. Portanto, é possível compreender que o impacto da mídia na formação de atitudes e comportamentos sociais é significativo e, principalmente, devido ao seu papel na modelagem das percepções e do aprendizado dos indivíduos.

Para Acevedo, Nohara e Ramuski (2010), os estudos envolvendo várias formas de mídia, como propaganda, telenovelas, cinema, literatura, imprensa e livros didáticos, revelaram padrões consistentes nos discursos e nas representações das relações raciais entre negros e brancos. Essas descobertas sugerem uma tendência uniforme de perpetuação de estereótipos e narrativas que impactam a percepção das relações raciais na sociedade, independentemente do meio utilizado. Além disso, como já mencionado anteriormente, é comum, na mídia, a distorção da representação das diferentes raças, onde personagens

brancos são frequentemente retratados como protagonistas heroicos e complexos, enquanto pessoas negras são relegadas a papéis estereotipados e secundários. Essa tendência reforça a ideia de superioridade branca e contribui para a marginalização das minorias raciais. Essas questões são profundas na sociedade contemporânea, pois as representações negativas da população negra se mantêm sem precedentes e aumentam as desigualdades sociais diversas e são obstáculos a serem vencidos. Dentre os desafios está o de garantir na unicidade de seus propósitos e objetivos o respeito a diversidade e o combate a ideologias racistas e de branqueamento, branquitude, brancura da sociedade e do povo brasileiro.

Sobre essa problemática, Brito, Eugenio e Leal (2023) ressaltam em seu trabalho que, ao serem expostos a representações negativas do povo negro, as pessoas tendem a internalizar a ideia de que os negros estão destinados apenas a ocupações subalternas, incapazes de exercer funções de prestígio na sociedade, as quais geralmente são atribuídas a pessoas brancas, visto que essas funções estão associadas a maior prestígio e poder. É notável como a visibilidade de pessoas brancas é prevalente em diversas plataformas, desde redes sociais até cargos de destaque, enquanto as pessoas negras são representadas de forma esporádica e, muitas vezes, apenas para transmitir uma mensagem superficial sobre diversidade, sem abordar verdadeiramente o problema do racismo nos ambientes.

Retomando as discussões de Almeida (2021) sobre o racismo estrutural na sociedade brasileira, em que o caráter estrutural do racismo impede a liberdade, a autonomia, o exercício pleno da cidadania, a democracia, buscamos Sueli Carneiro (2011) para destacar que, por isso, as relações sociais consagram “hegemonias e subalternizações racialmente recortadas”. Para a autora (2011, p. 86),

A branquitude como sistema de poder fundado no contrato racial, da qual todos os brancos são beneficiários, embora nem todos sejam signatários, pode ser descrita no Brasil por formulações complexas ou pelas evidências empíricas, como no fato de que há absoluta prevalência da brancura em todas as instâncias de poder da sociedade: nos meios de comunicação, nas diretorias, gerências e chefias das empresas, nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nas hierarquias eclesiásticas, no corpo docente das universidades públicas ou privadas etc.

Além disso, a influência da mídia também se estende aos padrões de beleza, promovendo características eurocêntricas como o ideal estético. Esse padrão excludente pressiona indivíduos de diversas etnias a alterarem sua aparência para se adequarem ao ideal branco, um fenômeno conhecido como embranquecimento.

Cavalleiro (2000) aponta que os estereótipos enraizados ao longo do tempo em relação à população negra têm contribuído para sua marginalização dentro da sociedade. E a persistência da imagem dos negros e negras do período escravagista, tratados como mercadoria passível de venda ou troca, sujeitos a castigos e desumanização, não tem contribuído de forma significativa para a reversão dos preconceitos ainda persiste até hoje. Diante dessa perspectiva, a autora destaca que, mesmo nos dias de hoje, a imagem dos negros e negras continua sendo influenciada pela narrativa do período escravagista, onde essas pessoas eram tratadas como mercadoria e sujeitos a diversas formas de violência e desumanização. A persistência desses estereótipos tem um impacto significativo na percepção e tratamento da população negra na sociedade contemporânea.

Enfim, é por essas e por outras que, passados tantos anos, o racismo continua vivo. E, no dia a dia, acompanhamos vários noticiários associando negativamente indivíduos negros a comportamentos criminais, pessoas são julgadas e condenadas sem terem culpa, sem provas, mas por serem negras são julgadas pela cor da pele. A cobertura desproporcional de crimes envolvendo pessoas negras ou de outras minorias raciais, comparada à cobertura de crimes cometidos por brancos, reforça estereótipos negativos e contribui para a criminalização dessas comunidades, além de retratar negativamente as minorias, a mídia muitas vezes exclui essas vozes e histórias de narrativas principais essa questão evidencia mais ainda as desigualdades estruturais e que continuam a moldar profundamente as experiências de vida dos negros no Brasil, refletindo um desafio persistente e complexo para a sociedade contemporânea.

Alguns apontamentos sobre racismo e branquitude opressora

O termo branquitude advém de uma sociedade racializada, organizada por discriminação de cor, raça/etnia, classe, que tende a potencializar a necessidade de ter-se uma unidade social branqueada. Em verdade, a branquitude foi evidenciado diante da propagação de um sistema escravocrata que trouxe consigo as sequelas de um racismo estrutural, patrocinado pelo homem branco europeu. Assim, na sociedade, os mecanismos de controle provocam violência e desumanização de corpos negros e mantém uma estrutura social que estabelece privilégios e hierarquias raciais, reproduzindo desigualdades sociais e raciais.

Por muito tempo o corpo negro fora animalizado e a condição humana deturpada em razão de uma condicionante de raça, que emerge socialmente através de um movimento mercantilizado, no qual o corpo negro era tido como fonte de mão-de-obra barata. Sendo que os corpos negros eram tidos como abjetos da sociedade, os indesejáveis e descartáveis, produtos que poderiam ser classificados, racializados, objetificados. Vale destacar que o conceito de raça adotado nesta discussão é o de “raça social”, cunhado por Alfredo Guimarães. Além disso, é importante destacar que não há como debater a temática da branquitude e sua hierarquia social, sem mencionarmos o racismo e as desigualdades proporcionadas pelo instituto que rege a brancura.

O racismo existe desde a formação da sociedade devido ao regime da escravidão no Brasil e esse evento é um fator histórico que evidencia o instituto no nosso país. Nessa perspectiva, a tomada do território por um grupo de brancos europeus elitizados tende a demonstrar que a desigualdade de raça e classe foram fatores precursores para a manutenção da supremacia branca desde o período colonial. Desde esse período, a sociedade brasileira fora colonizada e violada por europeu colonizadores, homem branco que oprimiu, violentou e usurpou o pertencimento de um povo. Por este motivo, as implicações raciais se mantêm até os dias atuais devido a uma herança histórica, ocorre que a manutenção deste sistema advém da permanência da dominação de corpos negros desde o período da colonização, passando pelo desenvolvimento industrial até a chegada do capitalismo. Ou seja, tem-se uma centralização de poder na mão de um grupo branco hierarquicamente elitizado que segrega a sociedade e delimita espaços por meio de uma raça.

Em decorrência dessa forma de hierarquização elitizada, sem dúvida, a dominação-exploração e a escravização da população negra produziram práticas racistas e, até hoje, permanecem

[...] quase sempre encobertas para aqueles que as perpetuam por uma conjunção entre o sendo de diferenciação hierárquica e informalidade das relações sociais, o que torna permissíveis diferentes tipos de comportamentos verbais ofensivos e condutas que ameaçam os direitos individuais. Trata-se de um racismo às vezes sem intenção, às vezes ‘de brincadeira’, mas sempre com consequências sobre os direitos e as oportunidades de vida dos atingidos (Guimarães, 1999, p. 155-156).

Assim, é importante deixar explícito que a supremacia branca é a grande patrocinadora do racismo e dos movimentos racializados que são assistidos até hoje. Conforme Bento (2022), foi no processo de colonização que se constituiu a branquitude, os europeus criaram uma identidade comum do grupo que mais detinha poder, fazendo uma divisão com os negros, ou africanos que fora algo próximo a um contraste propriamente dito. A autora ainda explica que se tem uma interpretação deveras consubstanciada acerca da hierarquia de raça e gênero instituídas na estruturação do pensamento colonial brasileiro.

Nessa perspectiva, Nilma Lino Gomes (2012) ressalta: “A empreitada colonial educativa e civilizatória esteve impregnada pela ideia de raça”. Essa afirmação da autora mostra a forte ligação entre os processos de colonização, dominação e formação de identidades sociais, em que a raça desempenhou um papel fundamental. Notamos, assim, que a ideologia racial influenciou vários aspectos da sociedade colonial brasileira, incluindo políticas educacionais e esforços de assimilação cultural. Esse argumento reforça a importância de reconhecer e confrontar as estruturas de poder e dominação que historicamente marginalizaram e oprimiram certos grupos sociais com base em categorias como raça e gênero.

Esses marcadores de raça e gênero regem o racismo e a branquitude na sociedade brasileira, caracterizando-a como um espaço social desigual, violento, autoritário, elitista, hierárquico e, como afirma Mário Theodoro (2022), uma sociedade medíocre, na qual, em suas diversas formas e manifestações, a violência opera como avalista da manutenção das desigualdades, em relação aos bens sociais e na relação complementar entre a ação da polícia e a justiça, nas condições de vida, moradia, sistemas de saúde, educação, transporte público, precarização do trabalho e de lazer. O autor lembra que é assim que as relações sociais são construídas numa sociedade desigual, pois, é no espaço micro do cotidiano dos sujeitos que o racismo é visto e evidenciado por atos de discriminação e preconceito. Ou seja, a discriminação é vista como racista quando através dos atos, tem-se a prática de xingamento ou violência cometida por uma pessoa ou grupo contra uma pessoa ou grupo não-branco/negro.

Nessa perspectiva, Theodoro (2022) destaca que o racismo é percebido e evidenciado quando ocorrem atos de discriminação ou violência cometidos por indivíduos brancos contra pessoas ou grupos negros. Essa perspectiva destaca a importância de examinar o racismo não apenas em suas formas institucionais e estruturais, mas também em suas manifestações individuais e interpessoais. Isso aponta que o racismo não está apenas presente em sistemas ou instituições, ele é também reproduzido e reforçado por indivíduos em suas interações diárias. Entretanto, é importante reconhecer que o racismo não se limita apenas a atos explícitos de discriminação ou violência, posto que pode se manifestar de maneiras mais sutis, como olhares, estereótipos, microagressões e exclusão social. Portanto, é necessário

ampliar a compreensão do racismo para além de atos flagrantes, a fim de abordar suas diversas formas e impactos. Desse modo, podemos ainda, com apoio de Theodoro (2022), compreender que o preconceito é uma forma de representação social, na qual o indivíduo pratica ações veladas que são demonstrativos de racismo e, pode-se notar que as imagens e valores negativos dos negros projetam-se na ausência de oportunidade. Nesse sentido, é válido trazer à baila o entendimento de Theodoro (2022, p. 17) sobre a branquitude, quando explica:

Mas há que se considerar também o plano macro, no qual o racismo se dissimula em pelo menos três elementos importantes: na branquitude, no biopoder e na necropolítica. A branquitude é a transformação da estética, da percepção de mundo e da cultura brancas em padrão social, e faz com que tudo que não esteja associado ao arquétipo ariano e aos seus desdobramentos seja considerado negativo, contraproducente, inferior ou perigoso. Ela é perversa porque sufoca a alteridade, nega a diversidade e funciona como uma espécie de ditadura da unicidade da beleza e dos valores morais associados a esse arquétipo de alvura.

Neste sentido, a propagação do ideal branco é associada a um método opressor que vigora na sociedade desigual devido a uma história colonial que buscou a todo custo branquear os territórios colonizados. Por isso, alguns estudos sobre o tema partem de uma premissa da identidade racial branca e o local de privilégio que o corpo branco ocupa desde os primórdios, com a incidência dos institutos da discriminação e preconceito munidos pelos brancos, o racismo se destaca e a brancura predomina. Por exemplo, podemos citar Cida Bento (2022), que considera o branqueamento como uma criação inventiva da elite branca, europeia para enfrentar a insegurança e medo do aumento significativo da população negra, que poderia ganhar força coletiva e configurar-se como uma população em ascensão na sociedade brasileira. Para a autora,

Não temos um problema negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos. É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor, na política, na cultura, na economia e que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte, para o outro (2022, p. 14-15).

Conforme Cardoso (2011), o lugar que o branco ocupa simbolicamente é um espaço palpável de reprodução de preconceitos, no qual o branco não se enquadra nos demais grupos de minoria racial/étnica. A opressão dos brancos emerge justamente dentro de um ambiente no qual o grupo branco é munido de superioridade cultural, posta através da condição social elitizada do grupo que, em tese, possui uma cultura democrática que é exercida pela população, população essa que mais exerce o poder de domínio.

É importante enquadrar dentro dessa busca pelas ramificações que a branquitude traz, o mito da democracia racial “que ainda hoje é tido como um elemento da identidade brasileira” (Almeida, 2021, p. 179) e que se fortalece e solidifica devido ao processo de branqueamento social, que nutre a partir das condicionantes racializadas que são exteriorizadas pelo racismo, desigualdade e preconceito como fora descrito anteriormente.

Nesse viés, podemos elencar que apesar de haver a propagação de discussões em prol da igualdade e respeito, o racismo velado fora mantido pela população elitizada.

Para Frankenberg (2004, p. 312-313) branquitude é um conceito que expressa complexidade, um produto da história e uma categoria relacional, podendo ser definido como “um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial”, assim como “um ‘ponto de vista’, um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais” e, comumente a branquitude é “redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas e de classe”, mas um fenômeno muito visível para os homens e mulheres negras. Por este motivo, as mídias apresentam papel de destaque no processo de branqueamento como podemos verificar ocorrências no século XXI que fora regido pelos meios de comunicação que trouxeram uma evolução social. Em verdade, os atos discriminatórios foram migrados das relações interpessoais para a tela, assim, a transmutação do que é vivenciado traz ao espectador a possibilidade de reproduzir aquilo que visualiza.

Em um pensamento lógico, podemos compreender que se exercemos atos racistas dentro dos grupos que vivemos e convivemos cotidianamente uns com os outros, as mídias podem refletir aquilo que é posto na sociedade e esse movimento pode promover/alavancar ainda mais os processos de racialização e de branquitude. A sociedade reproduz uma repulsa pelo dito diferente, ou seja, socialmente é posto a necessidade de ter-se uma barreira segregacionista devido a um movimento histórico de manutenção do racismo estrutural, para que haja a permanência de uma política de branqueamento.

Sobre essa questão, Cida Bento (2022, p. 128) lembra que, “o medo e a ameaça de perder hegemonia que caracteriza os pactos narcísicos continuam a se manifestar, tensionando os processos, mas as organizações vão aprendendo que podem aguentar”. Desse ponto de vista, ainda segundo a autora, é preciso buscar equidade e, para tanto, é preciso melhorar a comunicação entre os diferentes grupos sociais, exigir ambientes de trabalho, educação, saúde, moradia, encontros sociais e de convivência, mais plurais, justos e equitativos. Para a autora, (2022, p. 129),

Isso implica reconhecer ao mesmo tempo o outro e o que somos, apreender nossos lugares recíprocos, situar os nossos papéis, identificar na estrutura de nossas organizações os elementos que fomentam a supremacia e a história que gerou ônus para uns e bônus para outros. É seguir realizando as mudanças institucionais imprescindíveis.

Portanto, se a mídia reproduz as discriminantes sociais com base nas ações socialmente postas, tem-se aí um veículo (midiático) que patrocina a propagação do branqueamento social, por meio da afirmativa constante de que os corpos negros devem manter-se na subalternidade e a brancura necessita caminhar em prol do branqueamento destes corpos. Na tentativa de extermínio destas premissas sociais que mantém o racismo, emerge o mito da democracia racial, isso implica em reconhecer a miscigenação como um traço fundamental da identidade nacional, amplamente aceito em todos os estratos sociais, inclusive pela classe dominante.

Com foco nos estudos de Neves e Silva (2019), as discussões sobre a democracia racial no Brasil têm servido historicamente para oprimir e impedir o surgimento de ações afirmativas, regras que em tese, exterminariam o pacto da branquitude. Ocorre que, para implantação dessas normas que tende a aplicar a devida punição ao racismo, e consagrar

acesso aos negros aos espaços de educação, trabalho e lazer, trazendo equiparação de direitos com o branco, houve a opressão velada destas ações pela ordem pública social que também é majoritariamente branca. Em verdade, o sistema branco, oprime/segrega/polariza a sociedade de forma significativa desde as primeiras formas de vinculação sociocultural e segue mantendo a herança colonial ao ter meios de comunicação propagando o estereótipo da brancura. Temos uma continuidade do instituto da branquitude devido a sua permanência nos espaços estruturantes da sociedade, ora, para que haja a ruptura desse método de dominação branca, há que se aplicar ações afirmativas que acolham direitos e que retire o poder das mãos da brancura.

E agora? O que revela a mídia sobre estereótipos e branqueamento racial?

Neste artigo, exploramos a importância de discutir como as questões relacionadas ao papel da mídia na perpetuação de estereótipos contribuem para a construção do embranquecimento racial, com base em estudos prévios. Este é um tema de grande relevância, pois a mídia desempenha um papel fundamental na formação de percepções e na disseminação de representações sociais.

Ao discutir como as questões relacionadas ao papel da mídia na perpetuação de estereótipos impactam a construção do embranquecimento racial, o estudo sugere uma análise crítica do modo como as pessoas de diferentes raças são representadas na mídia. A representação excessivamente positiva ou idealizada de pessoas brancas, em contraste com estereótipos negativos atribuídos a pessoas de outras raças, pode contribuir para a perpetuação de desigualdades e preconceitos. Portanto, ressaltamos a necessidade de analisar, de forma crítica, o papel da mídia na reprodução e legitimação de narrativas e discursos que promovem o embranquecimento racial. Isso inclui a análise de como certos grupos são retratados, quais histórias são contadas e quais são omitidas. Além disso, também é importante considerar como as representações na mídia afetam a autoimagem e a identidade de pessoas de diferentes raças.

Observando as ideias apresentadas neste artigo, ficou evidente que a mídia tende a retratar predominantemente a visão de mundo e experiências dos brancos, relegando outras perspectivas étnico-raciais ao segundo plano ou até mesmo marginalizando-as. Essa insistência na representação branca como o padrão ideal e normativo reforça as hierarquias raciais presentes em todos os setores de uma sociedade que é marcada por questões raciais.

Por meio de uma percepção histórica, nota-se que a sociedade brasileira reproduz ideais da brancura devido ao que fora posto desde o movimento escravocrata. O processo de animalização do corpo negro e a necessidade de tornar esse sujeito sociável, são fatores que caminham no surgimento da branquitude. A colonização e os movimentos de dominação de território pelos europeus, homens brancos elitizados fomentou a alocação destes sujeitos no local de dominação de corpos e pertença a um espaço de chefia social. Isso também naturaliza a percepção de que os brancos ocupam uma posição de poder, superioridade e conhecimento, alimentando assim a noção de superioridade branca e contribuindo para a manutenção do racismo em nossa sociedade.

Diante disso, torna-se imperativo questionar e desafiar ativamente essas representações e estruturas que promovem a supremacia branca. A mídia tem o poder de influenciar as percepções e atitudes sociais, e é essencial que ela seja mais inclusiva e representativa da diversidade étnico-racial da sociedade. Portanto, é necessário um esforço coletivo para criar e apoiar mídias mais diversas e representativas, que reconheçam e valorizem as múltiplas vozes e experiências presentes em nossa sociedade multicultural.

Desse modo, a presente discussão possibilita uma reflexão necessária e permite observar se as mídias tem o papel de reproduzir ações afirmativas de igualdade racial, com demonstrativo de não-brancos/negros em suas telas comerciais e publicitárias ou se está a favor de construções coletivas de organizações que compõem a sociedade, de ambientes mais democráticos, autônomos e equitativos. Se por um momento as mídias sociais adentrarem as problemáticas raciais e promoverem uma democracia étnica, haveria um caminhar no sentido de percepção social em ampla escala.

Em um mundo cada vez mais conectado e consciente das questões sociais, a responsabilidade da mídia vai além da simples visibilidade, pois ela oferta um grande potencial de mudança e, neste local, há uma possibilidade evidente de ter-se uma movimentação no cenário mundial devido a seu alcance. Assim, por meio da reprodução de direitos iguais e ações em prol da extinção do ideal da branquitude, com maior acesso e visualização aos negros e suas lutas, teríamos uma sociedade não mais polarizada e desigual.

Portanto, é crucial que as representações negras não sejam apenas uma resposta passageira às pressões sociais, mas sim, um compromisso contínuo com a inclusão e a justiça social, reconhecendo e celebrando a riqueza da diversidade humana em toda a sua complexidade.

Referências

ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana; RAMUSKI, Carmen Lídia. Relações raciais na mídia: um estudo no contexto brasileiro. **Psicologia Política**, v. 10, n. 19, jan.-jun., p. 57-73, 2010.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é Racismo Estrutural?** São Paulo: Jandaíra, 2021.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva; PIZA, Edith. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 01- 30.

BRITO, Rafael Casaes de; EUGÊNIO, Benedito Gonçalves; LEAL, Catiana Nery. As relações étnico-raciais no livro didático de Ciências na percepção de pedagogos em formação inicial. **Com a Palavra, o Professor**, Vitória da Conquista, BA, v. 7, n. 21, maio-ago., p. 85–106, 2023.

CARDOSO, Lourenço. O branco – objeto: o movimento negro situando a branquitude. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**. Juiz de Fora, v. 13, n.1, jan/jun, p.81-93, 2011.

- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. (Consciência em Debate).
- CARONE, Iray; NOGUEIRA, Isildinha Baptista. Fâscas elétricas na imprensa brasileira: a questão racial em foco. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva; PIZA, Edith. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 163- 180.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- DELGADO, Richard; STEFANCIC, Jean. **Teoria crítica da raça: uma introdução**. 3. ed. Tradução Diógenes Moura Breda. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.
- DYER, Richard. **White**. London: Routledge, 1997.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. revista. São Paulo: Global, 2007.
- FRANKENBERG, Ruth Alice Emma. A miragem de uma branquitude não-marcada. *In*: WARE, Vron (Org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária/Centro de Estudos Afro-Brasileiros, 2004.
- FRANKENBERG, Ruth Alice Emma. **White women, race matters: the social construction of whiteness**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 54, jul., p. 147-156, 1999.
- GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set., 2012.
- hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.
- LIPSITZ, George. **The Possessive Investment in Whiteness**. Philadelphia: Temple University, 2006.
- NEVES, João Paulo Santos; SILVA, Maria Aparecida Monteiro da. O mito da democracia racial: contexto histórico brasileiro e a construção do racismo no Brasil. **Revista Educar Mais**, v. 3, n. 2, p. 158–166. 2019.
- PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva; PIZA, Edith. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 59-90.

SANTANA, Bruna da Paixão; SILVA, Everton Melo da; ANGELIM, Yanne. Negro(a)s na mídia brasileira: estereótipos e discriminação ao longo da formação social brasileira. **Lutas Sociais** - 130 anos de abolição - cativoiro acabou?, v. 22, n. 40, p. 52–66, 2018.

SILVA, Ana Célia da. "Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade". *In*: NASCIMENTO, Antônio Dias; HETKOWSKI, Tânia Maria (Orgs.). **Memória e formação de professores**. [online]. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 87-101.

THEODORO, Mario. **A sociedade desigual**: Racismo e branquitude na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.